



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 06-06-2023.

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, às dez horas e onze minutos, reuniu-se na Sala 301 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni e a Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: à vereadora Cláudia Araújo, o Projeto de Lei do Legislativo nº 003/23 (Processo nº 0015/23); ao vereador Aldacir Oliboni, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 012/21 (Processo nº 0323/21); e, à vereadora Mônica Leal, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 025/22 (Processo nº 0623/22). Acrescenta-se, ainda, que foram lidos, discutidos e APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia primeiro de junho do corrente, os seguintes Pareceres: nº 045/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 008/22 – Processo nº 0019/22), de autoria da vereadora Cláudia Araújo; nº 046/23 (Indicação nº 028/23 – Processo nº 0305/23), de autoria da vereadora Mônica Leal. E, no dia dois de junho do corrente, o seguinte Parecer: nº 047/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 002/23 – Processo nº 0014/23), de autoria da vereadora Lourdes Sprenger. E, no dia cinco de junho do corrente, os seguintes Pareceres: nº 048/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 258/21 – Processo nº 0645/21), de autoria do vereador Aldacir Oliboni e nº 047/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 060/23 – Processo nº 0123/23), de autoria da vereadora Lourdes Sprenger. Acrescenta-se, também, que foi lido, discutido e EMPATADO, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia primeiro de junho do corrente, o seguinte Parecer: nº 044/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 236/21 – Processo nº 0608/21), de autoria do vereador José Freitas. Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “Pacientes e Entidades de Saúde Mental - Quem cuida? Secretaria Municipal de Saúde (SMS) ou Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS)?”, e, de imediato, anunciou a presença dos senhores Gabriel Mazzini, psicólogo, assessor técnico e coordenador da Atenção de Saúde Mental da SMS; Fernanda Silva da Silva, presidente Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas do Município de Porto Alegre (Comad/POA); Patrícia Mônica, pedagoga, integrante da equipe Ação de Rua da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC); Mirela de Cintra, psicóloga da FASC; Larusha Krás Borges, presidente executiva do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); Viturugo Miranda, representante do Conselho Administrativo da Casa Menino Jesus de Praga; Leopoldo de Menezes Moreira, presidente do Instituto CrêSer; Paula Fochezato, psicóloga e representante do Lar Emanuel; Liziane Luiz Machado, administradora do Lar Vovó Luiza e Mariane Polydoro Albuquerque Diefenthäker, presidente da Comissão de Direito à Saúde da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Rio Grande do Sul (OAB/RS) e demais

nomes registrados na lista de presenças. A seguir, o senhor Presidente, o vereador José Freitas, alertou para a ampliação da fila de espera por atendimento em saúde mental; lembrou que o período de pandemia acentuou ainda mais a demanda reprimida, em especial nos quadros de ansiedade e depressão. Por fim, informou que o foco principal deste debate é tomar ciência do panorama atual de atendimento nessa área na rede pública da cidade. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra à vereadora proponente da pauta e aos demais participantes presentes para suas respectivas manifestações. A vereadora Cláudia Araújo informou ser a proponente da pauta e fez uma síntese destacando que as casas de acolhimento que prestam atendimento na área de saúde mental se encontram em uma espécie de limbo entre as diversas secretarias municipais. Ressaltou, ainda, que a parceria entre a Prefeitura e as entidades assistenciais privadas deve ser formalmente estabelecida, acrescentando, ainda, que a gestão e operacionalização desses locais de acolhimentos envolvem questões burocráticas e regulatórias, onde a efetivação cadastral é atualmente morosa e complexa. Por fim, alertou que o sistema de acolhimento encontra-se no limite de saturação e opinou que o gestor Municipal necessita contribuir de forma mais efetiva para a regularização das entidades assistenciais privadas por meio da desburocratização de suas atividades. A vereadora Psicóloga Tanise Sabino destacou a necessidade da união de esforços para equacionar os gargalos de atendimentos; enfatizou a destinação de emendas impositivas através do seu gabinete para a área de saúde mental; defendeu a necessidade de maior atenção por parte do gestor à referida pauta e anunciou para o segundo semestre o agendamento de reunião na Cosmam para debater o contingente de pacientes do Instituto Psiquiátrico Forense (IPF) que são atendidos nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e as condições atuais da rede pública para a prestação de serviços a esse contingente de usuários. O senhor Viturugo Miranda cobrou maior articulação e diálogo entre as secretarias para resolver as pendências relativas às dificuldades burocráticas enfrentadas pelas entidades privadas, destacando os entraves enfrentados por sua instituição, a Casa Menino Jesus de Praga, que além do acolhimento convencional, também efetua procedimentos em saúde de média e alta complexidade contribuindo para a redução da demanda na rede pública. Por fim, ao responder a indagação do título da pauta, opinou que a competência de gestão deve recair na SMS ao invés da SMDS. O senhor Leopoldo de Menezes Moreira reiterou as dificuldades burocráticas enfrentadas pelas entidades de acolhimento ao lidar com os órgãos municipais e sugeriu a realização de atuação conjunta entre as secretarias para solucionar os entraves administrativos relatados neste encontro. Por fim, sugeriu à Prefeitura a criação de uma comissão englobando diferentes secretarias para realizar a intermediação de forma efetiva com as entidades constituídas no Município. A senhora Mariane Polydoro Albuquerque Diefenthäker observou que as dificuldades de atuação das casas de acolhimento se constituem em sintomas da falta do adequado diálogo e sintonia entre a iniciativa privada e o poder público. A senhora Patrícia Mônaco opinou que a saúde mental requer políticas públicas adicionais à área da Saúde, acrescentando, ainda, que o adoecimento da população é um desafio a ser enfrentado pelo conjunto da sociedade. Por fim, considerou não haver limbo, mas sim, uma zona cinzenta compartilhada entre as áreas de Saúde e da Assistência Social do Município. A senhora Larusha Krás Borges também considerou que o trabalho conjunto das entidades governamentais e privadas deve ser o mote para a qualificação e cuidado da saúde mental visando resultado capaz de oferecer dignidade, promoção de cuidados necessários para dar visibilidade adequada às demandas aos portadores da doença. E, o senhor Gabriel Mazzini, fez a defesa das políticas antimanicomiais e considerou que o presente debate somente está ocorrendo pelo fato de os problemas desses pacientes estarem visíveis no momento, destacando que anteriormente eles sofriam em silêncio na invisibilidade das internações por longa duração em hospitais psiquiátricos. Por fim, destacou que o Município ainda não conta com uma rede integral para o tratamento amplo em saúde mental, acrescentando, contudo, que a SMS e a Fasc têm realizado reuniões quinzenais para discutir as demandas apresentadas neste encontro. Acrescenta-se que, além dos convidados presentes registrados nesta Ata, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni e a Psicóloga Tanise Sabino. Após ouvir todas as manifestações, o senhor Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) agendar nova

reunião na Cosmam para discutir os avanços da presente pauta em data a ser posteriormente agendada para o segundo semestre do corrente ano; 2) sugerir ao Executivo a criação de uma comissão especial envolvendo as secretarias municipais que tratam do presente tema visando o aprimoramento e construção de diálogo efetivos voltados à integração e capacitação das áreas técnicas para aprimorar as parcerias e melhorar o atendimento dos diferentes grupos de pacientes, em especial os idosos e às pessoas em estado crônico de autismo e demais problemas do espectro da saúde mental; e, 3) solicitar ao Executivo a prestação de informações técnicas sobre o trâmite burocrático das entidades assistenciais conveniadas junto às secretarias municipais e sugerir estudos para a flexibilização dos processos cadastrais e controles regulatórios visando a operacionalização desses espaços de acolhimento. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às onze horas e cinquenta minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 04/07/2023, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0562177** e o código CRC **9F4340A6**.